

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO FÍSICO TERRITORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA REGIÃO

Eliane Maria Foletto¹
Simone da Silva²

1. INTRODUÇÃO

O planejamento do espaço é uma tarefa que deve envolver profissionais das mais diversas áreas, o espaço geográfico é muito complexo e precisa ser organizado e trabalhado de maneira econômica, isto é, produzindo o máximo possível sem degradar o meio ambiente.

Cada região possui características próprias e tais características devem ser conhecidas, sendo portanto necessária a implantação de um cadastro técnico, que é composto por uma base cartográfica e por dados descritivos, úteis para todos os envolvidos, desde o proprietário, a comunidade até as instituições públicas.

A tendência do planejamento territorial está se direcionando para o espaço delimitado pelas microbacias hidrográficas, que é uma unidade natural básica, que necessita de estudos específicos.

2. OBJETIVO

Mostrar a necessidade da multidisciplinariedade e da integração de instituições em projetos de planejamento territorial como o projeto de recuperação, conservação e manejo dos recursos naturais em microbacias hidrográficas do estado de Santa Catarina.

¹Professora do Departamento de Geociências/CCNE/UFSM.

²Professora do Departamento de Desenho - UFPR.

Destacar a importância de dados cartográficos e descritivos na elaboração de planejamentos físico-espaciais; Ressaltar a importância do Cadastro Técnico Multifinalitário para gerenciar as atividades de um determinado espaço.

3. O PLANEJAMENTO DO ESPAÇO

O planejamento nada mais é do que um modelo teórico para a ação do homem. A proposta do planejamento é a de organizar racionalmente o sistema econômico a partir de hipóteses da realidade.

De acordo com FERRARI (1982), em um sentido amplo

“... , planejamento é um método de aplicação, contínuo e permanente, destinado a resolver, racionalmente, os problemas que afetam uma sociedade situada em determinado espaço, em determinada época, através de uma previsão ordenada capaz de antecipar suas conseqüências.”

O objetivo do planejamento territorial, de acordo com BIRKHOLZ (1983) é o de criar, pela organização racional do espaço e implantação de equipamentos apropriados, as condições ótimas de valorização da terra e as situações mais convenientes ao desenvolvimento humano de seus habitantes.

No conceito acima são estabelecidas as vinculações entre as quatro idéias básicas do planejamento territorial: a organização do espaço, a implantação da infra-estrutura no território, o seu aproveitamento econômico e o desenvolvimento do homem.

No Brasil há uma nova tendência de planejamento fundamentado em bacias hidrográficas, uma unidade física natural, independente das divisões administrativas como perímetro urbano, propriedade rural e limites municipais.

A mudança das unidades de planejamento deve-se a observação, de que as causas da degradação dos recursos naturais ultrapassam os limites das unidades produtivas e administrativas.

Segundo ORTH (1991), o planejamento no Brasil tem grande carência no que tange aos meios técnicos disponíveis, que podem ser divididos em duas classes:

“... a escassez de informações geográficas de base (cartografia, análises, históricos, ...) que constituem os inventários da realidade dentro do tempo e do espaço, que por sua vez, são ferramentas imprescindíveis para a proposição de planos de interferência desta realidade, evidentemente se o objetivo é o de melhorar a situação;
- a inadequada capacitação do corpo técnico (pesquisadores, técnicos e profissionais de carreira no planejamento), por problemas de formação, de atuação, e pouca consciência da necessidade de aprender e de evoluir com a experiência.”

4. CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO

Segundo LOCH (1989), é muito difícil administrar um país e progredir economicamente sem o conhecimento rigoroso dos fatores que envolvem o uso da terra, a propriedade, as condições do homem na terra e sua atividade e o ambiente em si. Para tanto ele recomenda um cadastro técnico multifinalitário que seja planejado e executado por uma equipe de técnicos de várias áreas afins.

Para FREITAS (1987) o cadastro técnico é;

“... um registro oficial das informações que definem as propriedades, com informações referem-se à localização, tipo, área, utilização, benfeitorias, valor e direitos sobre a propriedade.”

O registro deve apresentar as informações bem claras e atualizadas. A definição precisa de uma propriedade, envolve aspectos de diferentes naturezas, desde a localização até

os reais direitos de propriedade sobre a mesma. O cadastro técnico multifinalitário, de acordo com LOCH (1992), parte de três linhas básicas que são;

“... a medição, legislação e economia. Os dados devem atender a vários usuários de diferentes áreas, sejam físicas, jurídicas ou humanas, na medida do possível num pequeno espaço de tempo.”

Para LOCH (1989), o cadastro técnico deve ser entendido como um registro de dados que identifica ou caracteriza a área de interesse: registro feito de forma descritiva sempre apoiado em base cartográfica.

O cadastro além de atender as necessidades informacionais e legais das propriedades deve também servir como um banco de dados a todos os órgãos governamentais e de trabalhos que necessitem de informações precisas da unidade de produção.

Possibilitando um planejamento integrado de uma região, a coordenação e o estabelecimento de escalas de prioridades para os investimentos públicos. Através dos mais variados mapas temáticos, sendo possível programar e planejar exatamente o que, e em que quantidade produzir dentro de um sistema econômico lucrativo.

5. A IMPORTÂNCIA DA MULTIDISCIPLINARIEDADE

O planejamento não pode ficar sob a responsabilidade de apenas um técnico ou de vários técnicos da mesma área profissional e sim de uma equipe multidisciplinar. O intercâmbio entre as diversas áreas técnicas faz com que haja uma redução dos custos dos projetos, pois evita a repetitividade de trabalhos entre instituições e até mesmo intra instituições, fatos muito comuns no Brasil.

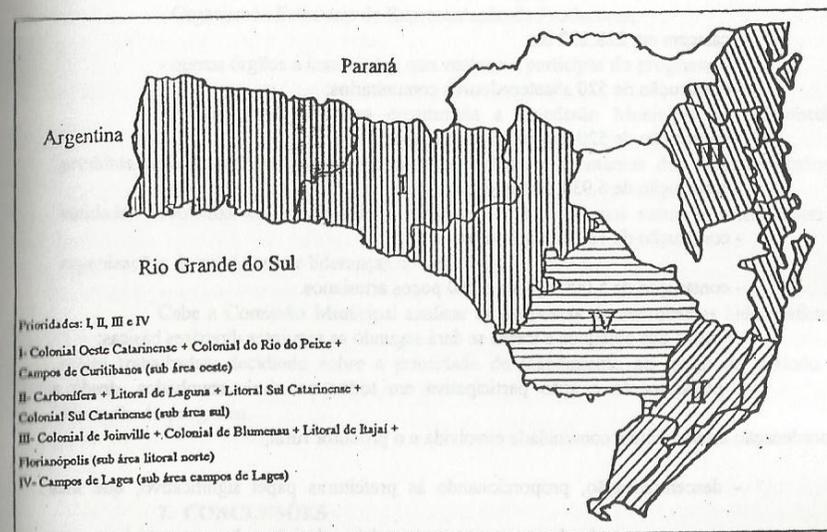
Dentro de um determinado espaço geográfico são vários os envolvidos: proprietários, técnicos, instituições, sendo necessária a troca de idéias e conhecimentos, o que faz melhorar a qualidade técnica dos profissionais e dos projetos. A solidariedade entre técnicos, a comunidade e o governo é um fator importante para a concretização do planejamento territorial que exige a concorrência de todos os saberes e poderes envolvidos no processo, ou seja, um trabalho multidisciplinar e interinstitucional. Desse modo, as funções de recuperação, conservação e manejo de recursos naturais devem estar a cargo do Governo porém, estando este condicionado a um mandato político que muitas vezes não coincide com o tempo de duração do projeto, a conscientização técnica e a vontade social devem preceder sobre a vontade política.

6. PROJETO DE RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS EM MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA

A degradação do meio ambiente, consequência do desmatamento, manejo inadequado do solo, falta de tratamento de dejetos urbanos e rurais, bem como a utilização errônea de agrotóxicos, é hoje uma preocupação dominante na sociedade catarinense.

O objetivo principal do projeto de recuperação, conservação e manejo dos recursos naturais em microbacias hidrográficas é o de promover a preservação e a recuperação dos recursos naturais, com ênfase para o incremento da capacidade produtiva dos solos agrícolas e florestas, através do manejo integrado de solo, água e floresta, visando a otimização de renda e melhorar a qualidade de vida das famílias rurais. As ações do programa desenvolver-se-ão em todo o território catarinense num período de dezoito anos. Os recursos serão aplicados de forma concentrada em quatro regiões prioritárias, conforme a figura 1.

Figura-1. Regiões prioritárias para a implantação do projeto de microbacias no estado de Santa Catarina.



Fonte Projeto de Recuperação, Conservação e Manejo dos recursos Naturais em Microbacias Hidrográficas de Santa Catarina - 1988.

Toda a ação será direcionada prioritariamente para três objetivos específicos:

- aumentar a cobertura vegetal dos solos;
- melhorar a infiltração de água nos solos;
- controlar o escoamento da água superficial.

Em virtude das ações a serem desenvolvidas, espera-se alcançar no período do projeto as seguintes metas:

- implantar o manejo integrado do solo e da água em cerca de 761.505 ha;

- instalação de 520 novos viveiros florestais;
- reflorestamento ou manejo florestal em 402.659 ha;
- serviços de adequação de estradas em 10.080 Km de caminhos de acesso às propriedades;

- calagem em 228.232 ha;
- construção de 520 abastecedouros comunitários;
- construção de 520 depósitos de lixo tóxico;
- construção de 6.934 esterqueiras;
- construção de 130 biodigestores;
- construção de 5.000 açudes e 260 poços artesianos.

A busca dos objetivos e metas se dará segundo as seguintes diretrizes básicas:

- planejamento e ação participativa em todos os níveis envolvidos, desde a coordenação estadual até a comunidade envolvida e o produtor rural;

- descentralização, proporcionando às prefeituras papel significativo, que lhes atribua não apenas a execução do programa, mas também, decisão sobre o mesmo em seus respectivos territórios;

- apoiar as diversas formas de organização dos produtores, conferindo-lhes os meios para operacionalizar as ações acertadas no programa;

- integração de servidores e entidades governamentais, no espaço definido pelas microbacias hidrográficas, tornando a ação pública convergente em relação aos objetivos estabelecidos no programa.

O programa está sendo realizado a nível estadual, coordenado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, através da Coordenação de Recursos Naturais. O exercício da coordenação é feito através da Comissão Estadual de Microbacias, assim composta:

- Secretaria de Agricultura e Abastecimento;
- Delegacia Federal da Agricultura;
- Empresas e órgãos vinculados à Secretaria de Agricultura e Abastecimento;
- Organismos Estaduais de Representação de Produtores;
- outros órgãos e instituições que venham a participar do programa.

A nível municipal, será estruturada a Comissão Municipal de Microbacias, presidida pelo prefeito municipal e compostas pelos representantes dos diversos órgãos e entidades envolvidas na preservação e recuperação dos recursos naturais, assim como as organizações de produtores e lideranças comunitárias.

Cabe a Comissão Municipal analisar as propostas de microbacias hidrográficas a serem trabalhadas, decidindo sobre a prioridade de atendimento ao longo do período de execução do programa.

7. CONCLUSÕES

Um dos principais problemas do Brasil no planejamento territorial, é a integração dos órgãos executantes dos projetos com a sociedade. Toda a comunidade deve auxiliar para que o projeto tenha um bom desempenho e ainda que ele não seja interrompido durante sua execução, para isso, é necessário que se saiba o que estão fazendo, ou pelo menos, o que se pretende obter do projeto.

A publicidade é um fator que influencia o bom andamento de um plano, pois se este for bem apresentado e divulgado ganha a confiança e a credibilidade da população. Ao se divulgar um projeto para a comunidade, esta colabora com opiniões que podem reforçar ou aprimorar o projeto, ou mesmo chegar a conclusão de que ele não é viável, ou que ainda não é o momento apropriado pois existem outras prioridades.

Para iniciar qualquer planejamento é necessário dados e informações confiáveis que são alimentados por diversas fontes e distribuídos para diversos destinos. O cadastro técnico multifinalitário é a ferramenta apropriada para o planejamento, principalmente o físico-territorial, que é responsável pela organização do espaço em função de todas as atividades humanas, e de suas necessidades.

Existem muitos projetos em desenvolvimento no país, cada um com bons objetivos e metas, como o caso do projeto de microbacias de Santa Catarina, que é financiado pelo BIRD, no entanto poucos são cumpridos na íntegra.

Este projeto está contando com a participação de diversos especialistas, acompanhando e assistindo a propriedade juntamente com o ocupante da terra. A estrutura fundiária de Santa Catarina é basicamente composta por minifúndios, mesmo assim sendo facilmente encontradas propriedades com formas inadequadas, com pouca largura e compridas, que mereceriam uma reestruturação, para melhorar o aproveitamento e viabilizar a sua organização físico-espacial.

8. BIBLIOGRAFIA

- BIRKHOFF, L. B. Evolução do conceito de planejamento territorial. In: **Questões da organização do espaço regional**. São Paulo: USP, 1983.
- FERRARI, C. **Curso de planejamento municipal integrado**. São Paulo: Pioneira, 1982.
- FRASSON, A. A rodovia na microbacia e recursos naturais em Santa Catarina. In: **Encontro nacional sobre meio ambiente nas rodovias**. Florianópolis, 1993.
- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SC. **Projeto de recuperação, conservação e manejo de recursos naturais em microbacias hidrográficas**. Florianópolis: Vol. I,II,III,IV,V,VI, 1988.
- FREITAS, S. C. R. Cadastro técnico multifinalitário. In: **Anais do I seminário nacional de cadastro técnico rural e urbano**. Curitiba, 1987.

LOCH, C. **Monitoramento global e integrado de propriedades rurais a nível municipal: utilizando técnicas de sensoriamento remoto**. Florianópolis: UFSC, 1990.

LOCH, C. Cadastro técnico multifinalitário. In **seminário catarinense de engenharia de agrimensura e planejamento municipal**. Criciúma, 1992.

LOCH, C. **Cadastro rural em uma região prioritária do estado de Santa Catarina**. Florianópolis: COLECATE, 1984.

LOCH, C. **Cadastro técnico multifinalitário rural e urbano**. Florianópolis: UFSC, 1989.

VILELLA, S. M. & MATOS, A. **Hidrologia aplicada**. São Paulo: Difel, 1978.

ORTH, D. M. **L'aménagement du Rhin en Alsace: objectifs, moyens, consequences**. França: Université Nancy II, 1991. (Tese de Doutorado).

ROCHA, J. S. M. **Manual de manejo integrado de bacias hidrográficas**. Santa Maria: UFSM, 1991.

RAMOS, F. **Engenharia hidráulica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.

SOARES, J. A. A. Projeto microbacias BIRD, componente estradas municipais. In: **Encontro nacional sobre meio ambiente em rodovias**. Florianópolis, 1993.

RESUMO: A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO FÍSICO TERRITORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA REGIÃO

Devido a grande preocupação a nível mundial em relação ao meio ambiente, o planejamento físico-territorial passa a ocupar papel de destaque. Ao elaborar um projeto deve-se levar em conta suas consequências sociais, econômicas, ambientais, políticas, sempre fundamentadas nas especificações técnicas exigidas no mesmo.

Profissionais da área de planejamento estão percebendo que a microbacia hidrográfica é a unidade fisiográfica natural mínima para o estudo de planejamento, pois as causas de degradação ultrapassam os limites das unidades produtivas e administrativas.

O trabalho analisa o projeto de recuperação, conservação e manejo dos recursos naturais em microbacias hidrográficas - SC. Projetos sobre um espaço geográfico envolve não apenas um grupo ou instituição, sendo necessária uma integração de todos os ocupantes deste espaço.

Para a análise e estudo deste espaço é necessário dados gráficos e descritivos que sejam confiáveis, ou seja um cadastro técnico multifinalitário. Tais dados são obtidos por

profissionais especializados em diversas áreas, por exemplo: engenheiros agrônomos, civis, cartógrafos, sociólogos, geógrafos, economistas, entre outros.

Palavras Chaves: Planejamento físico-territorial; Microbacia hidrográfica; Projeto de recuperação; Cadastro técnico multifinalitário.

ABSTRACT: THE IMPORTANCE OF THE TERRITORIAL PHYSICAL PLANNING FOR THE REGION DEVELOPMENT

Due to a worldwide preoccupation in relation to the environment, the physical-territorial planning has recently begun to play an important role. When we elaborate a project, we have to take into account its political, environmental, economic and social consequences, that should always be based on the technical specifications required by the project.

Professionals in the planning area are beginning to realize that the hydrographic micro-basin is the minimum natural physiographical unit for the study of planning, for the causes of degradation surpass the limits of the administrative and productive units.

This study analyses the project of recovery, preservation and management of the natural resources in hydrographic micro-basins - SC. Projects about a geographical space involve, not only a group or institution, being necessary an integration of all those who occupy this space.

In order to analyse and study this space, it is necessary geographical and descriptive data that are reliable, that is, a technical, multifinality file. Such data are obtained by specialized professionals in several areas, for example: agronomical and civil engineers, cartographers, sociologists, geographers, economists, among others.

Key Words: Physical-territorial planning; Hydrographic microbasin; Project of recovery; Technical multifinality file.